



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
NÚCLEO DE BIOLOGIA**

ROSÂNGELA LUZINEIDE DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CIDADE DE PASSIRA-PE VOLTADA ÀS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA: o que dizem os documentos?**

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
NÚCLEO DE BIOLOGIA**

ROSÂNGELA LUZINEIDE DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CIDADE DE PASSIRA-PE VOLTADA ÀS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA: o que dizem os documentos?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Biologia da Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico de Vitória, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientação: Prof^ª Dr^ª Maria Zélia de Santana.

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2019

Catálogo na fonte
Sistema de Bibliotecas da UFPE - Biblioteca Setorial do CAV.
Bibliotecária Jaciane Freire Santana, CRB-4/2018

S586e Silva, Rosângela Luzineide da.
Educação inclusiva na cidade de Passira-pe voltada às pessoas com deficiência: o que dizem os documentos?/ Rosângela Luzineide da Silva - Vitória de Santo Antão, 2019.
33 folhas.

Orientadora: Maria Zélia de Santana.
TCC (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, CAV, Licenciatura em Ciências Biológicas, 2019.
Inclui referências e anexo.

1. Educação inclusiva - Passira-PE. 2. Plano Municipal de Educação. I. Santana, Maria Zélia de (Orientadora). II. Título.

371.9 CDD (23. ed.) **BIBCAV/UFPE-295/2019**

ROSÂNGELA LUZINEIDE DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CIDADE DE PASSIRA-PE VOLTADA ÀS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA: o que dizem os documentos?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas.

Aprovado em: 10/12/2019.

BANCA EXAMINADORA

Maria Zélia de Santana

Profª Drª Maria Zélia de Santana (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Ricardo Ferreira das Neves

Profº Ricardo Ferreira das Neves (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Magna Sales Barreto

Profª Magna Sales Barreto (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho aos meus alunos e ex-alunos, que me inspiram e encorajam pela luta por uma educação inclusiva de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus, que me deu saúde e forças para superar todos os momentos difíceis a que me deparei ao longo da graduação. A minha família presente de Deus na minha vida.

Agradeço a minha mãe Luzineide e ao meu Pai Roberto, meus amores. Sem vocês essa jornada não teria sido possível. Agradeço ao meu irmão Robson por cada palavra de incentivo e orações. Amo-te muito irmãozinho!

Agradeço a minha cunhada Mazé por todo apoio na minha formação. Obrigada família por tudo, só vocês sabem o quanto perseverarei na obediência aos princípios bíblicos inclusive a observância do 4º mandamento da lei de Deus.

Meus sinceros agradecimentos a todos os meus professores do CAV, pela paciência, dedicação e ensinamentos disponibilizados nas aulas.

Não posso me esquecer dos amigos e crianças do projeto de extensão CAVinho, vocês estarão sempre em minha memória.

Grata os meus amigos pela linda amizade que construímos: Lipe, Marília, Jéssica, Gleidayane, Driely, Ailton, Aninha, Joana, Kelly, Eliel, Dhara. Vocês marcaram a minha história.

Em especial quero agradecer a secretária de educação professora Aurizete e a coordenadora de educação inclusiva Paula, pelo carinho com que sempre me receberam.

Às minhas amigas, em especial Darlane e Érika, obrigada pela amizade de vocês. Naqueles momentos de drama vocês sempre tinham uma palavra de incentivo.

À banca examinadora, por ter aceitado o convite de participar da minha defesa e pelas contribuições nesse trabalho.

Por fim, não poderia deixar de agradecer a minha querida orientadora professora Zélia Santana, uma pessoa iluminada que acolhe seus alunos como verdadeiros filhos, com muito carinho atenção e dedicação. Obrigada professora Zélia, por me receber tão bem em sua casa. Amo-te muito!

RESUMO

Debates sobre inclusão social discorre e possibilita reflexões sobre a inclusão educacional, tema que tem provocado debates nas últimas décadas, pois acredita-se que a educação possibilita uma inclusão social. Para que ocorra uma educação inclusiva de fato precisa ser eliminadas barreiras de diferentes dimensões que o conceito de acessibilidade presume hoje, sendo ela subdividida em: barreiras estruturais, atitudinais, comunicacional, instrumentais, programáticas e pedagógicas. Sendo assim, esta pesquisa buscou conhecer ações efetivas de políticas públicas implementadas e/ou projetadas na perspectiva da educação inclusiva no município de Passira-PE, levando em considerações o texto do PNEENEI, de 2008. O objetivo deste trabalho foi analisar a política pública de educação inclusiva implementada pela Secretaria Municipal de Educação na cidade de Passira-PE. Por meio de uma pesquisa de cunho qualitativa; onde foi feito uma revisão da literatura a respeito da importância das políticas públicas para alunos com deficiência. Logo em seguida partimos para a coleta de dados analisando o Plano Municipal de Educação e o Plano de Ação da cidade de Passira. Houve uma conversa com a coordenadora de educação especial da cidade para saber mais acerca dos planos. Por fim, realizamos o tratamento das informações e realizamos a análise e os resultados dos dados. Por meio da análise dos dados, utilizando a análise do conteúdo, foi possível sinalizar para algumas considerações: a Rede Municipal de Educação De Passira-PE, até o devido momento, não apresenta características e ações na perspectiva da inclusão em nenhuma das escolas do município; As maiores ações destaques do município, mencionadas foram: o curso de libras, priorizando os professores efetivos da rede do município e a adesão dos esportes adaptados no município. A análise dos dados da pesquisa trouxe à tona a realidade da educação inclusiva em Passira-PE, que a partir das Políticas Públicas Municipal, a construção de um sistema educacional inclusivo tem que ser mais repensado e organizado, implicando uma mudança estrutural das escolas para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas através de ações como: parcerias com outras Secretarias Municipais para o Atendimento Educacional Especializado, contemplação de recursos para oferta do Atendimento Educacional Especializado pelo MEC e oferta de ônibus adaptado para deficientes. Com isso, esperamos o surgimento de mais políticas públicas na perspectiva inclusiva, de modo a promover e trazer a discussão a implementação e também a manutenção e custeio no cenário educacional inclusivo, considerando que há necessidade de novas discussões, análises e considerações sobre o assunto favoráveis a uma política de educação que vençam os velhos paradigmas de discriminação e segregação social.

Palavras-Chave: Plano Nacional de Educação; Inclusão; Plano Municipal de Educação de Passira.

ABSTRACT

Discussion on social inclusion discusses and enables reflections on educational inclusion, a topic that has provoked debate in recent decades, as it is believed that education enables social inclusion. For an inclusive education to take place, it is necessary to eliminate barriers of different dimensions that the concept of accessibility presumes today, being subdivided into: structural, attitudinal, communicational, instrumental, programmatic and pedagogical barriers. Thus, this research sought to know effective public policy actions implemented and / or projected from the perspective of inclusive education in the city of Passira-PE, taking into consideration the text of PNE/ENEF, 2008. The objective of this work was to analyze the public policy of inclusive education implemented by the Municipal Secretariat of Education in the city of Passira-PE. Through a qualitative research; where a literature review was made about the importance of public policies for students with disabilities. Soon after, we started to collect data by analyzing the Municipal Education Plan and the Passira City Action Plan. There was a talk with the city's special education coordinator to find out more about the plans. Finally, we perform the processing of information and perform the analysis and results of the data. Through data analysis, using content analysis, it was possible to signal for some considerations: The Municipal Education Network De Passira-PE, so far, has no characteristics and actions in the perspective of inclusion in any of the schools in the city ;The main actions mentioned in the municipality were: the pounds course, prioritizing the effective teachers of the municipal network and the adhesion of adapted sports in the municipality. The analysis of the research data brought to light the reality of inclusive education in Passira-PE, which from the Municipal Public Policies, the construction of an inclusive educational system has to be more rethought and organized, implying a structural change of schools so that all students have their specificities met through actions such as: partnerships with other Municipal Secretariats for Specialized Educational Assistance, contemplation of resources for offering Specialized Educational Assistance by MEC and offer of bus adapted for the disabled. With this, we expect the emergence of more public policies in the inclusive perspective, in order to promote and bring the discussion to the implementation as well as the maintenance and costing in the inclusive educational scenario, considering that there is a need for further discussion, analysis and favorable considerations on the subject. to an education policy that overcomes the old paradigms of discrimination and social segregation.

Keywords: National Education Plan; Inclusion; Passira Town Education Plan.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVOS	10
2.1 Objetivo Geral	10
2.2 Objetivos Específicos	10
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
3.1 Características e concepções da educação inclusiva	11
3.2 Pessoas com deficiência: processo histórico e marcos	13
3.3 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	15
4 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	17
4.1 Abordagem e tipo de pesquisa.....	17
4.2 Caracterização do campo de investigação	17
4.3 Coleta e análise.....	18
5 ANÁLISE E COMPREENSÃO DOS DADOS	19
ANEXO A – PLANO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	30

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a questão da inclusão social discorre e possibilita reflexões sobre a inclusão educacional, tema que tem provocado debates nas últimas décadas, pois acredita-se que por meio da educação possibilita a inclusão social. Sendo assim, esta pesquisa buscou conhecer ações efetivas de políticas públicas implementadas e/ou projetadas na perspectiva da educação inclusiva no município de Passira- PE, levando em considerações as recomendações do texto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEENEI, de 2008. (BRASIL, 2008).

Ter uma prática inclusiva nas escolas regulares significa não segregar em classes especiais e/ou escolas especiais o público-alvo da educação especial.¹ Do ponto de vista de Pires (2018) uma prática social inclusiva significa que todos possam conviver em harmonia, respeitando as especificidades de cada um independentemente da cor, origem, opção sexual, religiosa, condições físicas ou intelectuais. Neste imbricamento, significa dizer, que a garantia de matrícula do aluno público-alvo da educação especial não é a única atitude capaz de combater a exclusão social. Ainda segundo o autor é preciso, do ponto de vista da escola, repensar e reestruturar suas ações e estratégias de modo que todos os alunos possam ser respeitados em suas singularidades.

Conforme assinala Figueira (2011), a educação inclusiva encontra ressonância em muitos movimentos sociais, e a partir disso, passa a ser considerado, um dos instrumentos mais importantes na promoção da igualdade de direitos, e no combate a desigualdade social. Portanto, uma escola inclusiva tem como principal fundamento contribuir efetivamente para uma educação que atenda as necessidades específicas de cada aluno.

Significa dizer também, que a escola inclusiva atua prioritariamente em ações que se constitui por meios de políticas públicas, tendo em vista o que determina a a mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) atualizada (2018), em seu artigo 59:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas

¹Estão definidos no âmbito da política nacional como aqueles com deficiências, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento (Brasil, 2008).

deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educados nas classes comuns; (BRASIL, 2018, p. 39)

Assim posto, a educação é um direito de todos, e um sistema educacional inclusivo tem como fundamento garantir o acesso, permanência e aprendizagem de todos os alunos no mesmo contexto escolar.

Do ponto de vista de Mantoan (2006, p. 16) “a educação inclusiva parte do propósito de que todos os alunos devem estar na escola regular, sem deixar ninguém para trás”. Assim, a inclusão precisa ser entendida como algo fundamental que consiste em oferecer oportunidade de desenvolvimento para todos no contexto social e educacional. Significando do ponto de vista da escola, oferecer um ensino para todos e de qualidade, com ações educativas que se pautam por princípios de solidariedade, colaboração e compartilhamento do processo educativo com todos os sujeitos que estão diretas ou indiretamente envolvidos.

Neste sentido, significa eliminar barreiras de diferentes dimensões que presume: quebras de barreiras arquitetônicas, atitudinais, comunicacional, instrumental, programática, pedagógica para citar algumas.

Portanto, promover respostas, por meio de políticas públicas inclusivas, nos permite levantar questionamento em relação à implementação dessa política, no contexto da rede municipal e que nos leva ao seguinte questionamento: como a secretaria municipal de educação de Passira vem implementando política de educação inclusiva voltada ao público-alvo da educação especial?

Partindo desse contexto, a presente pesquisa foi motivada principalmente, pela necessidade de analisar a política pública de educação inclusiva implementada pela Secretaria de Municipal de Educação à luz da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva (BRASIL, 2008). E, enquanto justificativa social, partimos das inquietações no ambiente de trabalho onde a autora está inserida, que é justamente na rede municipal de ensino em Passira e, assim, confronta diariamente a questão das necessidades dos alunos frente ao que o município disponibiliza com relação a serviços especializados para a educação de pessoas com deficiência, até porque, segundo Minayo (2007), o pesquisador sempre tem uma relação com a pesquisa ou tema pesquisado.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar e caracterizar a política pública de Educação Inclusiva implementada pela Secretaria Municipal de Educação na cidade de Passira-PE quanto as suas proposições para a Inclusão.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar ações pensadoras no contexto das escolas municipais, de modo a atender os estudantes com deficiência, quanto a quebra de Barreiras;
- Identificar se há propostas de quebras de Barreiras para fins de aplicar a Inclusão Na Educação Escolar da cidade.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Características e concepções da educação inclusiva

A inclusão educacional apresenta-se como um fator importante para o desenvolvimento social das pessoas com deficiências, e fundamenta-se no princípio do direito que todos têm de tomar parte ativa na sociedade, com as mesmas oportunidades. Portanto, todas as instituições sociais, entre elas as escolas devem estar aptas a receber todas as pessoas com deficiências e oferecer as condições necessárias sem discriminação (FERREIRA, 2006).

Muito tem se discutido, sobre inclusão de pessoas com deficiência nos últimos tempos, com ênfase no âmbito escolar. Dessa forma, não podemos admitir um distanciamento por parte da escola ao homogeneizar o currículo² e os alunos. A escola precisa se organizar para identificar o perfil dos alunos, independente, de sua condição de deficiência, uma vez que a escola não poderá escolher o público a ser atendido. Ela deverá estar preparada para acolher todos educandos.

Nesse sentido, Batalla (2009) afirma que a construção de sistemas educacionais inclusivos perpassa a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares e enfatiza a necessidade de mudanças estruturais e culturais na escola comum.

Uma proposta de educação inclusiva deve oferecer um espaço de socialização, no qual o aluno participe e interaja no processo ensino/aprendizagem, garantindo não só o acesso, mas também sua permanência com qualidade. Sendo assim, é preciso aceitar as diferenças, de forma a não excluir ninguém do sistema educacional, conforme sinalizado por Mantoan (2006, p. 36): “Incluir é necessário, primordialmente, para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida em sua plenitude, com liberdade, sem preconceitos, sem barreiras”.

Assim, à medida em que as instituições escolares acolhem as diferenças, quer sejam mental, sensorial, motora, físicas, múltipla ou decorrente de distúrbios de aprendizagem, desenvolve um trabalho cooperativo, integrativo e coletivo. Para Monteiro (2004), a inclusão de alunos que apresentam “necessidades educacionais especiais” na rede regular de ensino demanda não apenas a matrícula do aluno ou a permanência física junto com os considerados “normais”, mas a oportunidade de serem revistas concepções e paradigmas, num profundo

³ Currículo – Resultado de um processo que envolve conteúdo, processo e produto. (SANTANA, 2016)

respeito pelas suas diferenças, para se aprender a conviver com as diferenças, o que é uma das maiores dificuldades da humanidade.

Então, a Educação Inclusiva, diferentemente da Educação Tradicional, na qual todos os alunos é que precisavam se adaptar a ela, chega com um novo modelo onde a escola é que se precisa se adaptar às necessidades e especificidades do aluno, buscando além de sua permanência na escola, o seu máximo desenvolvimento (MANTOAN, 2003).

Além de ser um direito, a Educação inclusiva é uma resposta inteligente às demandas do mundo contemporâneo. Incentiva uma pedagogia não homogeneizadora e desenvolve competências interpessoais. A sala de aula deveria espelhar a diversidade humana, não escondê-la (MENDES, 2012).

Do ponto de vista de Carvalho (2003), para que aconteça a inclusão escolar não é o aluno que se molda ou se adapta à escola, mas a escola consciente de sua função coloca-se a disposição do aluno. Todavia, se faz necessário que as mesmas faça uso de diferentes estratégias de ensino, de metodologias diversificadas que o professor poderá fazer uso em sala, tornando um espaço mais interativo e que respeite as especificidades de cada aluno. Assim “[...] a predisposição dos professores frente à diversidade tem um papel decisivo na compreensão das diferenças individuais, em sua aceitação e respeito, criando, removendo ou intensificando os obstáculos já existentes (CARVALHO, 2003, p. 59)”.

Para que haja efetivação da educação inclusiva faz-se necessário implementações de políticas educacionais voltadas para o acesso e permanência das pessoas com deficiência no âmbito educacional. Porém isso por si só, não é suficiente para garantir uma verdadeira inclusão. É preciso que hajam condições e recursos humanos, além de uma mudança de mentalidade tendo em vista que cada ser humano é único, e as oportunidades devem ser iguais para todos; e mais, escolas de ensino regular, professores, gestores, servidores e comunidade, precisam estar abertos a mudanças para romper com paradigmas tradicionais e promover mudanças educacionais progressivas, com o intuito de criar escolas inclusivas e de qualidades para todos.

Ferreira (2006, p. 231) afirma que:

Espera-se hoje que o professor seja capaz de compreender e praticar o acolhimento à diversidade e esteja aberto a práticas inovadoras na sala de aula. No novo perfil, o professor deve adquirir conhecimento sobre como conhecer as características individuais (habilidades, necessidades, interesses, experiências, etc.) de cada um dos estudantes, a fim de poder planejar aulas que levem em conta tais informações.

3.2 Pessoas com deficiência: processo histórico e marcos

A educação inclusiva vem despertando o interesse de pesquisadores e professores que buscam estudos e desafios nessa direção e para compreender o processo que dá origem a tentativa de Educação Inclusiva, precisa-se fazer uma retrospectiva histórica. Para Pessotti (1984), práticas de abandonos e negligências às pessoas com deficiência eram muito comuns na antiguidade e ao nascerem crianças eram abandonadas ou mortas por causa da deficiência. Para aquela sociedade, era normal perseguir e eliminar essas pessoas. Bueno (1993) afirma que as “pessoas com deficiência quando sobreviviam às perseguições, viviam como mendigos, à custa de caridades”. Enquanto na Idade Média, época de extremo domínio cristão, os deficientes eram apenas dignos de piedade, alguns eram acolhidos em mosteiros ou conventos, era grande o olhar de pena, uma fase de segregação.

Nesse momento, acreditava-se que a pessoa com qualquer tipo de deficiência deveria ser protegida, mantendo-se, porém, separada das demais pessoas, longe da sociedade. No caso, protegia-se a sociedade do convívio com essas pessoas (GARGHETTI; MEDEIROS; NUERNBERG, 2013).

Os anseios sociais por uma educação especial impulsionaram a elaboração da Constituição Federal de 1988 que representa importante marco ao afirmar que, no Art.205: “a educação é direito de todos e dever do estado e da família”, devendo ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” (BRASIL, 2018, p. 160). Em seu (art. 206), traz os seguintes princípios: “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (BRASIL, 2018, p. 160)”.

Em relação ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), consta no Art.208, da Constituinte, que é dever do Estado, garantir o atendimento às pessoas com deficiência “preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Em 1990, a declaração elaborada após o encontro em Jomtien, na Tailândia, também chamada Declaração Mundial sobre Educação para Todos é considerada um dos principais documentos mundiais educação. Esse documento visa atender os grupos minoritários, dentre o das pessoas com deficiências, assegurando o direito à educação para todos. E foi com esta preocupação, que a Declaração Mundial sobre Educação para Todos – Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, resultante da Conferência Mundial de Educação para Todos, vem sendo proclamada, entre outros pontos, ao relembrar, principalmente, que “a

educação é um direito fundamental de todos, independentemente de gênero e idade, no mundo inteiro”.

A educação inclusiva foi assim legalizada, porém, não se tornou realidade para muitos que apresentam deficiências. Pois não basta integrar é preciso incluir assegurando assim o direito ao acesso e permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, respeitando as diferenças e oferecendo uma aprendizagem satisfatória. Sendo assim, foi realizada numa cidade da Espanha chamada Salamanca, uma Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, elaborando assim a Lei de Salamanca (UNESCO, 1994), onde salienta que: “As escolas devem ser o espaço em condições de assegurar a todas as pessoas possibilidade de aprender juntos, independentemente de quaisquer dificuldades ou peculiaridades que possam diferenciá-las”.

A repercussão desse documento foi bastante significativa e relevante, inclusive porque enfatizam que as escolas devem acolher de maneira prazerosa todas às diferenças. Valorizando as potencialidades e acreditando que todos, são capazes de aprender. As recomendações contidas na Declaração demarcou um importante avanço no sistema educacional e nas políticas públicas no Brasil, emergindo um referencial normativo de direitos, tratando em relação à inclusão dos alunos com deficiência em sala de aula inclusiva (SANTANA, 2016).

Após a Declaração de Salamanca, no Brasil, a Educação inclusiva aparece como Política Educacional oficial a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que determina que pessoas com necessidades educacionais especiais sejam incluídas em escolas de Ensino Regular (BRASIL, 2018).

Em 6 de julho de 2015 aconteceu um importante marco para a educação especial e inclusiva, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão - LBI (BRASIL, 2015b), conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Que tem como objetivo reivindicação de direitos sociais, assegurando condições de igualdade, liberdade e visa à sua inclusão social e cidadania.

Nesse sentido, em Janeiro/2016 entrou em vigor a Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também nomeada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, sendo considerado um marco histórico, o caminho já está sendo traçado e deverá ser percorrido por todos. Uma batalha foi travada para tornar realidade os direitos garantidos pela nova lei.

Ao estudar sobre a história da educação escolar, percebe-se que desde o período colonial houve um descaso do poder público com a educação das pessoas com deficiência. Atualmente, a inclusão escolar é um processo previsto em leis, discutido em políticas públicas educacionais

nacionais e internacionais, que visam garantir o direito à educação para todos. E foi através da Declaração de Salamanca, em 1994, que se verificou uma maior articulação pelo respeito à diversidade e as diferenças, tendo como princípio a inclusão social e educacional, demonstrando assim, a urgência da efetivação de políticas públicas de maior abrangência na sociedade.

Acompanhando o processo de mudanças da década de 1990 em prol da inclusão, a LDB traz o seguinte: “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 2018, p.39). Havendo, quando necessário, serviços de apoio especializado, para atender as especificidades dos alunos em sala de aula regular.

Um documento bastante significativo em prol da inclusão que é aquele que rege as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, que vem sugerindo uma atualização das políticas para educação brasileira, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001, p. 1).

Um importante documento vem marcar definitivamente a perspectiva da Educação Inclusiva, trata-se da Política Nacional de Educação Inclusiva, documento no qual, o objetivo é assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino a proporcionar garantia a inclusão, assegurando: formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar (BRASIL, 2008). É este documento, que tomamos como base para esta pesquisa.

3.3 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que tem por objetivo constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos, Nascimento (2012), descreve que o documento apresenta uma análise da educação especial, com objetivos que vêm definir quais os alunos serão acolhidos pela Educação Especial e sendo assim, traçam diretrizes.

A política mencionada tem como objetivo o acesso, a aprendizagem e a participação dos alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação e Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais.

Ao definir a função do Atendimento Educacional Especializado, essa política deixa claro que esse tipo de atendimento não substitui a escolarização, mas sim complementa a formação dos alunos. Mendes Júnior e Tosta (2012) apontam que essa política, ao afirmar a educação especial como ação não substitutiva à escolarização no ensino comum, evita a configuração paralela entre o atendimento educacional especializado e o ensino comum.

4 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Nesta seção trataremos da metodologia utilizada para a realização deste estudo, apresentaremos o lócus de pesquisa e os instrumentos de coleta de dados utilizados.

4.1 Abordagem e tipo de pesquisa

A metodologia explorada para a realização deste trabalho é de cunho qualitativo. Quando se utiliza o método qualitativo para realização de uma pesquisa deve-se buscar compreender questões particulares, e grupais dos entrevistados “[...] o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” (MINAYO, 2007, p. 21). Assim sendo, a utilização de tal método vem a apresentar-se como um meio de discussão sobre as relações estabelecidas no ambiente educacional, visando assim, entender como constitui as políticas públicas mediante a inclusão, com base nas palavras-chave: Plano Nacional de Educação; Inclusão; Plano Municipal de Educação de Passira.

4.2 Caracterização do campo de investigação

Passira fica localizada na região do Agreste de Pernambuco. O município foi criado por Lei estadual em 1963 e sua população tem aproximadamente 28.628 habitantes segundo o censo de 2010. O Município disponibiliza á população 31 (trinta e uma) Escolas, a maioria na zona rural, oferecendo os níveis: Educação Infantil e Ensino Fundamental.

No contexto educacional, Passira oferta a Educação Básica, que compreende em três etapas: a Educação Infantil (para crianças de zero a cinco anos), o Ensino Fundamental (para alunos de seis a quatorze anos) e o Ensino Médio (para alunos de quinze a dezessete anos). Nesse sentido, ao longo desse percurso, crianças e adolescentes devem receber a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, como aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei nº 9.394/96.

Com relação aos dados da educação especial no município de Passira, temos os seguintes atendimentos: Atendimento Especializado – Psicopedagogo Clínico, Psicólogo, Assistente Social, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional; Associação de Pais

Excepcionais; Trabalho de apoio com as salas de AEE; Serviço de Tradutor de Interprete na sala regular.

4.3 Coleta e análise

Inicialmente realizamos uma revisão da literatura a respeito da importância das políticas públicas para alunos com deficiência. Logo em seguida partimos para a coleta de dados analisando o Plano Municipal de Educação e o Plano de Ação da cidade de Passira. Tive uma conversa com a coordenadora de educação especial da cidade para saber mais acerca dos planos. Por fim, realizamos o tratamento das informações e realizamos a análise e os resultados dos dados.

Os dados coletados foram analisados, por meio da análise de conteúdo defendida por Bardin (2011, p. 48) como sendo:

Um conjunto de técnicas das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de recepção/produção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Outra etapa da análise do conteúdo apresentada por esta metodologia é a etapa da pré-análise, que ocorre a partir da organização do referido material. Em seguida, aparece a etapa que diz respeito a fase de exploração do material, a partir das informações coletadas. Por fim, tivemos o momento do tratamento dos resultados, inferência e interpretação, por meio da captação dos dados e da interpretação dos resultados.

5 ANÁLISE E COMPREENSÃO DOS DADOS

Os eixos e princípios norteadores da educação, segundo a Política de Ensino da Rede Municipal (2012, p. 26) estão fundamentados nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, em seu Art. 1º, onde é explicitado que:

O direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania [...] na convivência de um ambiente educativo e tendo como fundamento a responsabilidade que o Estado Brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir à democratização do acesso, a inclusão, a permanência e a conclusão com sucesso, das crianças, dos jovens e adultos na instituição educacional. (BRASIL, 2010, sem paginação).

Desse modo, podemos observar que os princípios éticos de liberdade, solidariedade, participação, justiça social, de pluralismo de ideias e de respeito aos direitos são à base da política de ensino da Rede que pretende estimular e orientar as discussões em cada unidade educativa para a elaboração/revisão de seu “Projeto Político Pedagógico, com a garantia de que os alunos possam permanecer como protagonistas da construção de seus conhecimentos, descobrindo o prazer do estudo, da pesquisa, das atividades culturais e artísticas (BRASIL, 2010)”. Assim, até a Mobilidade Estudantil até chegar na escola se faz uma questão de Acessibilidade Estrutural (SILVA, 2018)

Com esta prerrogativa, a Rede Municipal de Educação De Passira-PE, até o devido momento, não apresenta características e ações na perspectiva da inclusão em nenhuma das escolas do município, no entanto a APAE, uma associação que une para prevenir e tratar a deficiência e promover o bem estar e desenvolvimento da pessoa com deficiência, possui parcerias com o município, no qual todos os profissionais são pagos pela prefeitura, desfrutando de 60 alunos como um todo.

E em consonância a Secretaria Municipal de Educação de Passira dispõe de um setor voltado para a Educação Especial e Inclusiva, que desenvolveu o Plano de Ação Educação Inclusiva (Anexo), que tem por objetivo assessorar os profissionais de educação que atuam nas escolas municipais quanto à prática e ações efetivas que garantam o desenvolvimento intelectual, social, afetivo, emocional e moral, de forma consciente e humanizadora (PASSIRA, 2019).

Todos os obstáculos construídos que dificultam ou impedem o acesso a ambientes, interferindo na liberdade de movimentação e na segurança das pessoas são chamados de barreiras estruturais, como reafirma Silva (2018) sobre as barreiras estruturais.

Porém, o município de Passira não tem o programa do governo Escolas acessíveis, apesar das escolas terem rampas, sabemos que ter rampas não torna uma escola acessível, embora exista a Lei 10.098, a qual estabelece normas para a acessibilidade das pessoas com deficiência, muitas das escolas ainda não apresentam uma estrutura acessível para que as pessoas com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade.

Ainda em complemento, dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, senso 2010 (GARCIA, 2012), revelam que as situações mais críticas quanto a acessibilidade estrutural no país, foram observadas nas regiões Norte e Nordeste. Nessas áreas, 1,6% dos domicílios urbanos têm rampas para cadeirantes em seus entornos. No sudeste, essa proporção chega a 5%. Já nas regiões Centro-Oeste e Sul, 7,8% das vias ao redor das casas apresentam acesso adequado para deficientes físicos.

Até a conclusão desta pesquisa, o município de Passira, não foi contemplado pelo projeto do Governo (MEC) chamado Escola Acessível, que disponibiliza dinheiro direto ao estabelecimento de ensino para que o mesmo promova condições de acessibilidade estrutural.

Já sobre as Barreiras Atitudinais, Tavares (2012, p. 104) afirma que são barreiras sociais que são geradas e fortalecidas a partir de ações, linguagens, omissões e sentidos produzidos ao longo da história da humanidade, num processo que envolve afetos/desafetos, cognições e ações, algo tridimensional, que piora ainda mais a realidade de uma pessoa com deficiência ou grupos em situação de vulnerabilidade, o que acarreta o desrespeito ou impedimento a ter acesso aos direitos e a ter o conhecimento destes e dos deveres sociais: são abstratas para quem as produz e concretas para quem sofre seus efeitos.

E mesmo que, com base no portal da transparência, o município teve sim os recursos para o atendimento AEE na rede, mas estas salas não funcionam, e através de conversa informal com a coordenação de educação inclusiva do município, o motivo seria por falta de espaço e de profissionais, todavia, oferece formação para os gestores, coordenadores, professores e estagiários e orientações aos familiares e a comunidade escolar, para romper com as quebras de barreiras atitudinais, tanto no município, como viabilizando sua participação em outras cidades. Mesmo assim, o município de Passira dispõe das seguintes estratégias:

Quadro 1 - Ações do Plano de Ação de Ed. Inclusiva de Passira para superar Barreiras Atitudinais

Ações Planejadas do Plano de Ação de Ed. Inclusiva de Passira
✓ Articular ações para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas, em todas as modalidades de ensino, nas escolas da rede municipal de Passira PE;
✓ Assessorar as escolas, gestores e os professores para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais específicas;
✓ Orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional;
✓ Participar do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades específicas dos alunos;
✓ Articular, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva;
✓ Dispor de parcerias com a APAE, Secretaria da Saúde e Secretaria de Assistência Social para que os serviços prestados contemplem todas as necessidades dos alunos com deficiências.
✓ Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais específicas.

Fonte: SILVA, R. L. da., 2019.

Já quando falamos sobre as Barreiras Pedagógicas, Silva (2018, p. 31) defende que estão diretamente ligadas às atitudinais, já que inclui metodologias para a adequação das aulas, adequação de teorias, técnicas e métodos para diminuir as dificuldades de cada aluno, utilizando o melhor recurso e abordagem pedagógicos precisa-se capacitar os professores para lidar com o público com maiores “necessidades pedagógicas”; organizar e adequar a estrutura curricular; utilizar-se de diversos materiais e sempre buscar a parceria com os pais e a comunidade ao redor destes estudantes.

Contudo, Melo (2008, p.53), vem afirmar que “[...] temos que desmistificar a ideia existente de que todos os alunos com deficiência precisam de métodos e recursos pedagógicos adaptados para poder desenvolver o seu processo de ensino aprendizagem”.

Em continuidade, falar de Barreiras Pedagógicas, nos remete ao diálogo com o ponto de vista de Costa (2012, p. 150), que diz que em se tratando da formação e da prática do professor na perspectiva inclusiva, necessita-se “[...] assumir uma postura investigativa e atitudes democráticas, na superação da ideia reducionista de formação unicamente para a produção e reprodução social”.

Mesmo já trabalhando com alunos com deficiência existem professores sem o devido preparo para atuar com estes alunos na educação inclusiva. Sendo assim, Ribas (2007, p. 95) afirma que: “Professores que não tem o devido preparo não sabem avaliar características diferenciadas em alunos diferenciados. Aprendem e transmitem os conteúdos de suas disciplinas como se tivesse na sala de aula uma coletividade uniforme de alunos idênticos”.

Neste sentido, o município de Passira trás alguns apontamentos, os quais constam no quadro a seguir:

Quadro 2 - Ações do Plano de Ação de Ed. Inclusiva de Passira para superar Barreiras Pedagógicas

Ações Planejadas do Plano de Ação de Ed. Inclusiva de Passira
✓ Orientar o professor da classe comum sobre estratégias que favoreçam autonomia e envolvimento do aluno deficiente em todas as atividades propostas ao grupo;
✓ Orientar a elaboração e utilização de material didático-pedagógico que possam ser utilizados pelos alunos com necessidades educacionais específicas nas classes comuns do ensino regular;
✓ Implantação de salas de recursos multifuncionais, nas escolas municipais de Passira PE, para que se realize o atendimento educacional especializado para alunos com deficiências.
✓ Oportunizar formação continuada e capacitação aos professores e profissionais de apoio da rede municipal de ensino, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;
✓ Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais específicas.

Fonte: SILVA, R. L. da., 2019.

Continuando neste sentido, sabemos que um grande obstáculo na vida dos alunos com deficiência é a comunicação. Ela é considerada uma barreira, quando as informações não estão disponíveis para todos, seja porque não existem ou porque não são apresentadas de forma acessível. “Os obstáculos comunicacionais se referem à adequação de códigos e sinais às necessidades especiais, como a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS para as pessoas surdas e o Braille que os cegos utilizam para a escrita e leitura (MENDONÇA, 2013, p. 11)”. Lembrando que, as pessoas com baixa ou nenhuma visão e com surdez também tem o direito garantido pela LDB e pela Constituição Federal. E o autor ainda defende:

Barreiras de comunicação e de acesso à informação geram consequências no processo de inserção, uma vez que o avanço deste aluno em seus estudos, ou a descrença e a inviabilidade deste avanço nesta turma e escola, podem ficar subordinados aos resultados dos contatos com o ambiente escolar e do que se imagina serem facilidades e ajudas oferecidas às pessoas com deficiência (MENDONÇA, 2013, p. 11).

Os autores ainda consideram que as barreiras atitudinais, assim como as comunicacionais, são invisíveis, já que são geradas no espaço da relação humana e não no espaço materialmente físico (FERNANDES; ORRICO, 2012, p.104).

E, também nesta categoria, o município campo desta pesquisa, também quase não dispõe de estratégias. De acordo com a dimensão comunicacional o município dispõe de interprete da língua brasileira de sinais, assegurando pleno desenvolvimento dos conteúdos programados estabelecido pelo currículo.

As maiores ações destaques do município, mencionadas são: o curso de libras, priorizando os professores efetivos da rede do município e a adesão dos esportes adaptados no município, no qual participou do campeonato de bocha paraolímpica de Pernambuco, onde competiu e ganhou medalhas de ouro e prata.

Quadro 3 - Ações do plano de ação de ed. inclusiva de passira para superar barreiras comunicacionais

Ações Planejadas do Plano de Ação de Ed. Inclusiva de Passira
Informar a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional.

Fonte: SILVA, R. L. da., 2019.

Apesar disto, a Rede Municipal de Educação de Passira, oferece serviços e recursos da Educação Especial que buscam assegurar condições de acesso ao currículo por meio da promoção de acessibilidade aos materiais didáticos, serviços de equipamentos, formas de comunicação e informação e nas demais atividades realizadas no contexto escolar (PASSIRA, 2019).

Ao analisar os dados, chegamos uma característica de maior destaque na realidade da educação inclusiva em Passira-PE, que a partir das Políticas Públicas Municipal, tornou possível a construção de um sistema educacional inclusivo que tem sido mais repensado e organizado, implicando uma mudança estrutural das escolas para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas através de ações como: parcerias com outras Secretarias Municipais para o Atendimento Educacional Especializado, contemplação de recursos para oferta do Atendimento Educacional Especializado pelo MEC e oferta de ônibus adaptado para deficientes.

Dessa forma, a Lei Orgânica de Passira, e as demais legislações específicas da cidade, necessidade da expansão do AEE na rede municipal da cidade, tendo como perspectiva contemplar também, como público alvo os alunos autistas e com altas habilidades/superdotação, além de oferecer outros serviços como o atendimento domiciliar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos através do presente trabalho permitiram compreender que, existem no Brasil, diversas Leis, Resoluções, Normas e Decretos que trazem as discussões acerca da inclusão de pessoas com necessidades específicas. Isso não exclui a responsabilidade do poder público em subsidiar desde a formação adequada a esses profissionais, a promoção de recursos e condições que possibilitem a real inclusão das pessoas com deficiência aos espaços escolares.

No obstante é perceptível que não é necessário apenas que estas políticas públicas existam, pois se mantendo neutras, não trarão mudanças significativas e reais na realidade educacional nem atingirão os objetivos pelas quais foram criadas. Basta-nos é difundir-la e colocá-la em prática em todos os aspectos, áreas e segmentos da sociedade Brasileira. Portanto é uma luta diária, árdua e complexa que exige pessoas preocupadas com a mudança de realidade desses alunos.

Falta ainda nas escolas, ações que promovam a valorização e o pertencimento dos estudantes com deficiências no espaço escolar, pois ao se relacionar as políticas educacionais com o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiências verifica-se que ainda é uma questão a ser contextualizada, por ser esse o campo a que devem estar associadas as diversas secretarias e não apenas a secretaria de educação do município. Essa ação conjunta deve existir desde o processo de elaboração e implantação das políticas públicas educacionais voltadas para os estudantes deficientes.

Sendo assim, para que o direito à educação no âmbito escolar seja assegurado às pessoas com deficiências, é fundamental oferecer uma educação pública de qualidade, para que as escolas sejam preparadas, a de que seu currículo para saber conviver com a diversidade e, ainda, ampliar os serviços e auxílios educacionais especiais para possibilitar o desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos, considerando as necessidades específicas, como também suas potencialidades.

Com isso, esperamos o surgimento de mais políticas públicas na perspectiva inclusiva, de modo a promover e trazer a discussão a implementação e também a manutenção e custeio no cenário educacional inclusivo, considerando que há necessidade de novas discussões, análises e considerações sobre o assunto favoráveis a uma política de educação que vençam os velhos paradigmas de discriminação e segregação social.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 229 p. 2011.

BATALLA, D. V. Política Nacional de Educação especial na perspectiva da educação inclusiva brasileira. **Fundamentos em Humanidades**. San Luis, Argentina, v.19, n.1, p.77-89. 2009. Disponível em:
<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=18411965005>. Acesso em: 24 de ago. de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Plano nacional de educação – lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Plano nacional de educação - PNE 2014-2024**: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015a.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, atualizada até Junho 2018. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 2018. Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 2015b.

_____. Secretaria dos Direitos Humanos Governo Federal. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos Governo Federal, 2010.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira**: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC/PUCSP, 1993.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. 5 ed. Porto alegre: Mediação, 2003.

COSTA, V. A. Políticas de educação especial e inclusão no estado do rio de janeiro: formação de professores e organização de escola pública. **Ci. Huma. e Soc. em Rev.**, Rio de Janeiro, v.34, n. 12, jan / jun, p. 141-157, 2012.

FERNANDES, E. M.; ORRICO, H. F.. **Acessibilidade e inclusão social**. Rio de Janeiro: Deescubra, 2012.

FERREIRA, W. B. Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. *In*: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 212-236.

FIGUEIRA, E. **O que é educação inclusiva**. São Paulo: Brasiliense, 2011. (Coleção Primeiros Passos).

GARCIA, V. Nordeste concentra maior percentual de população deficiente, mostra IBGE. Senso 2010. *In*: BLOG Deficiente Ciente. [S. l.]: [s. n.], 2012. Disponível em: <https://www.deficienteciente.com.br/nordeste-concentra-maior-percentual-de-populacao-deficiente-mostra-ibge.html>. Acesso em: out. 2019.

GARGHETTI, F. C.; MEDEIROS, J. G.; NUERNBERG, A. H. Breve história da deficiência intelectual. **Revista Eletrônica de Investigação e Docência (REID)**, Jaén- Espanha; n.10, 2013. Disponível em: <http://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/viewFile/994/820>. Acesso em: 10 out. 2019.

MARTINS, L. A. R. **Aspectos históricos da educação de pessoas com deficiência: da marginalização à busca pela educação inclusiva**. Natal: EDUFRN, 2009.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E; PRIETO, R.G. & ARANTES, V. A. (Org.) **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Ed. Summus, 103p.,2006.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução e pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1999.

MENDES JUNIOR, E.; TOSTA, E. **50 anos de políticas de educação especial no Brasil: movimentos, avanços e retrocessos**. *In*: IX ANPED SUL: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012. Caxias do Sul- RS. Anais [PORTAL ANPED SUL] Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1464/670>. Acesso em: 13 ago. 2018.

MELO, F. R. L. V. Atendimento educacional do aluno com paralisia cerebral: a ética e a organização da escola regular. *In*.: MARTINS, L. A. R. (org). **Escola inclusiva: pesquisa, reflexões e desafios**. João Pessoa: Ideia, 2008. p. 19 - 59.

MENDES, M. P. Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: consequências ao sistema educacional brasileiro. **Revista Integração**, Mooca-SP, v.10, n. 22, 2012.

MENDONÇA, A. A. S. Escola Inclusiva: Barreiras E Desafios. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**, Uberaba, v. 1, n.1, p. 4-16, 2013.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MONTEIRO, M. S. **Ressignificando a educação:** a educação inclusiva para seres humanos especiais. *In: EDUCAÇÃO Online*. [S. l.]: [s. n.], [2019]. Disponível em: www.educacaoonline.pro.br. Acesso em: 04 se. 2019.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência.** São Paulo: Edusp, 1984.

PIRES, G. N. L. Educação inclusiva: dificuldades enfrentadas pelos professores do ensino fundamental no processo de inclusão. *In: MARTINS, L. de A. R. et al. (Orgs.). Inclusão: compartilhando saberes.* 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 162-170.

RIBAS, J. **Preconceito contra as pessoas com deficiência:** as relações que travamos com o mundo. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTANA, Z. M. **Políticas públicas de educação inclusiva voltada para estudante com deficiência na educação superior:** o caso da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Em Educação – PPGE, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano 12, p. 10-16, mar./abr 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Conceito de Acessibilidade. *In: ESCOLA de gente*. Rio de Janeiro: [s. n.], [2019]. Disponível em: <http://www.escoladegente.org.br/>. Acesso em: 02 Nov. 2019.

PASSIRA. Secretaria Municipal de Educação de Passira. **Plano de Ação Educação Inclusiva.** Passira: SMEP, 2019.

SILVA, E C. L. **Barreiras/impedimentos no processo de inclusão de pessoas com deficiência intelectual no ambiente escolar:** as influências da formação do professor. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, Vitória de Santo Antão, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27559>>; Acesso em: 15 set. 2019.

SILVA, M. R.; PINTO, R. G. **Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva.** 2011. 54 p. Monografia do Curso De Especialização Em Desenvolvimento Humano, Educação E Inclusão Escolar – UnB/UAB- Universidade de Brasília, Programa de Pós Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Brasília, 2011.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TAVARES, F. S.S. **Educação Não Inclusiva:** a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPE). Recife, UFPE. 2012. 595f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

UNESCO. **Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais.** Brasília: Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1994. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. **Declaração mundial sobre educação para todos.** Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Genebra: Unesco, 1990.

ANEXO A – PLANO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA



PASSIRA- PE

PLANO DE AÇÃO EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Título: Inclusão: aprendendo com as diferenças

Tema: Educação Inclusiva

Coordenação: Maria Paula da Silva

Grupo Técnico:

Benedito Severino da Silva

Flávia Letícia da Silva

José Rogério Taboza

Rosilene Izabel Bezerra de Souza

Execução: Secretaria Municipal de Educação através da Coordenação Municipal de Educação Inclusiva em conjunto com as Escolas Municipais de Ensino Infantil e Educação Fundamental.

Período de Execução: Fevereiro de 2019 à dezembro de 2019.

Local: Escolas Municipais: Maria José de Medeiros, João Heráclio Duarte, Maurina Rodrigues dos Santos, Édson Régis de Carvalho, Maria Alves de Lima, José Bernadino da Sena, Veneziano Vital do Rêgo, João Paulo Izídio, Dr. Luiz Heráclio, Joaquina Angelina de Jesus, Recanto Inocente, Manoel Cândido de Souza e Creche Comunitária Poço do Pau.

Público: Alunos da educação infantil e ensino fundamental.

JUSTIFICATIVA

A proposta de inclusão nas escolas municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Passira PE fundamenta-se em uma filosofia que possibilita a construção de igualdade de condições a todos, objetivando e oportunizando um espaço democrático que acolha e garanta a permanência de todos os alunos, sem distinção social, cultural, étnica, de gênero ou em razão de deficiência e características pessoais.

A Declaração de Salamanca, 1994, propõe que todas as crianças tem necessidades e aprendizagens únicas, tem direito de ir à escola e sua comunidade, com acesso ao Ensino Regular, e os Sistemas Educacionais devem implementar programas, considerando a diversidade humana e desenvolvendo uma pedagogia voltada para a criança.

Portanto, justifica-se o presente projeto pela sua relevância e comprometimento com a educação, entendendo-a como um direito a todos, considerando o princípio de igualdade, valorização do ser humano e convivência dentro da diversidade, superando o preconceito e a discriminação. Justificando-se também pelo objetivo de assessorar os profissionais de educação que atuam nas escolas municipais com alunos que apresentam necessidades educacionais específicas, para que promovam ações efetivas que garantam o desenvolvimento intelectual, social, afetivo, emocional e moral, de forma consciente e humanizadora.

Objetivo Geral:

Promover ações efetivas no processo de Educação Inclusiva das escolas municipais de Passira PE, em consonância com os parâmetros legislativos vigentes, levando em consideração a aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana e aprendizagem por meio de cooperação.

Objetivos Específicos:

- Articular ações para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas, em todas as modalidades de ensino, nas escolas da rede municipal de Passira PE;
- Assessorar as escolas, gestores e os professores para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais específicas;
- Orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional;
- Informar a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional;
- Participar do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades específicas dos alunos;
- Orientar o professor da classe comum sobre estratégias que favoreçam autonomia e envolvimento do aluno deficiente em todas as atividades propostas ao grupo;
- Orientar a elaboração e utilização de material didático-pedagógico que possam ser utilizados pelos alunos com necessidades educacionais específicas nas classes comuns do ensino regular;
- Articular, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva;
- Realizar mapeamento para o reconhecimento e acompanhamento efetivo dos alunos com necessidades educacionais específicas nas escolas municipais;
- Implantação de salas de recursos multifuncionais, nas escolas municipais de Passira PE, para que se realize o atendimento educacional especializado para alunos com deficiências.

- Oportunizar formação continuada e capacitação aos professores e profissionais de apoio da rede municipal de ensino, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;
- Dispor de parcerias com a APAE, Secretaria da Saúde e Secretaria de Assistência Social para que os serviços prestados contemplem todas as necessidades dos alunos com deficiências;
- Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais específicas.

Operacionalização

Cronograma de Atividades

ATIVIDADES	2019
Formação continuada e capacitação dos professores e profissionais de apoio para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;	X
Mapeamento para o reconhecimento dos alunos com necessidades educacionais específicas;	X
Participação no processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades específicas dos alunos;	X
Assessoramento às escolas aos professores e aos profissionais de apoio para o atendimento dos educandos com deficiências.	X
Atuação de forma colaborativa com os gestores e professores das escolas municipais;	X
Orientação às unidades escolares acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional;	X
Visitas nas escolas para orientação aos professores da classe comum sobre estratégias que favoreçam a autonomia e o envolvimento do aluno com necessidades específicas em todas as atividades do grupo;	X
Orientação e encaminhamento dos alunos com necessidades específicas á atendimento com profissional especializado;	X
Implantação de salas de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiências.	X
Avaliação permanente do processo educativo nas escolas para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais específicas.	X

Elaboração de um calendário inclusivo para vivenciarmos as datas comemorativas a nível municipal.	X
Implantação de um Centro de Atendimento Especializado para através de uma equipe multidisciplinar prestar atendimento pedagógico e clínico.	X
Proporcionar através de ações momentos de diversão e lazer aos nossos estudantes com necessidades educacionais específicas.	X

“A Educação Inclusiva é um processo, um desafio e ao mesmo tempo uma troca afetiva. É um trabalho para toda a comunidade, um trabalho essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual as diferenças sejam consideradas e respeitadas.”

Referências:

Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.
Brasília: CORDE, 1994.